

O LUGAR DA INFÂNCIA NA ESCOLA NA CONTEMPORANEIDADE

MARIA EFIGÊNIA ALVES MOREIRA

ELIANA NUNES ESTRELA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO
DO CEARÁ – CAMPUS JAGUARIBE

efigeniaalvessim@hotmail.com

elianacrato@gmail.com

RESUMO

O artigo tem como objetivo discutir o lugar que a criança ocupa hoje na escola na perspectiva de infância. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, onde foi abordado autores como Ariés, Kramer, Postman e outros que discutem a criança e a infância. O trabalho consistiu em discutir esse percurso e analisar os espaços sociais conquistados pela criança e os contornos que se delineiam socialmente, alterando a visão da infância a cada nova configuração social. É apresentado um breve estudo histórico sobre como surgiu a concepção de infância e suas conotações de acordo com o contexto social. O texto aborda a lenta conquista dos direitos da criança, as políticas públicas voltadas para o ensino infantil e a organização curricular. Com o avanço científico, os estudos realizados sobre o desenvolvimento humano, principalmente na área da psicologia e da pedagogia, têm contribuído para um novo olhar sobre a criança nas suas especificidades, o que tem contribuído para o surgimento da concepção de infância. Nessa concepção, o brincar é relacionado à criança e considerado importante para o seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo. Mas como a infância é historicamente construída, falar dela enquanto construção social implica abordar muitos elementos a ela associados. O problema que se coloca é o lugar que a criança ocupa na escola na contemporaneidade, considerando as novas configurações sociais em que está imersa. Após a pesquisa e as análises, a conclusão é que a economia tem imposto um novo lugar da infância, fortalecido pela escola.

Palavras Chave: Infância. Criança. Educação. Escola.

ABSTRACT

The article aims to discuss the place that the child holds in school today from the perspective of childhood. The methodology used was the literature research, with the approach of authors as Ariès, Kramer, Postman and others that discuss the child and childhood. The work sets out to discuss this route and analyze the social spaces conquered by the child and contours socially delineated, changing the vision of childhood in every new social setting. A brief historical study of how the concept of childhood and its connotations according to the social context is shown. The text discusses the slow conquest of the rights of the child, public policies for early childhood education and curriculum organization. With scientific advances, studies on human development, especially in the area of psychology and pedagogy, have contributed to a new vision of the child in their specificities, which has contributed to the emergence of the concept of childhood. In this conception, playing is related to the child and considered important for their cognitive, social and emotional development. But since childhood is historically constructed, talk about it as a social construction involves addressing many elements associated with it. The problem that arises is the place that the child holds in school nowadays, considering the new social settings in which it is immersed. After the research and analysis, the conclusion is that the economy has imposed a new place of childhood, strengthened by the school.

Key words: Childhood. Children. Education. School.

Introdução

Falar da infância ou tentar defini-la requer um aprofundamento histórico, visto que o conceito é socialmente construído e permeado por uma complexidade de fatores que o antecede e procede, numa dinâmica contínua, de acordo com as configurações sociais de cada época. Para lidar com o fenômeno da infância e compreender seu lugar na atual conjuntura social, se faz necessário uma apropriação do processo de evolução e retrocessos do seu significado. Saber o lugar da infância na escola hoje exige uma compreensão contextual da infância, a partir do modelo de sociedade vigente, bem como uma abordagem da percepção da infância no currículo.

O significado da infância tem sofrido muitas variações. Os critérios que a define atualmente não é uniforme, o que tem provocado desacordos de muitas ordens, inclusive no âmbito jurídico.

O problema que se coloca diz respeito a essas diversas percepções da infância, que a torna incompreendida e muitas vezes renegada. Para que se tenham políticas públicas que atendam as demandas dessa fase da vida, é necessário conhecer a caracterização e a natureza desse fenômeno social, seu percurso histórico conceitual e a definição do seu lugar na sociedade, especialmente na escola.

Esse artigo surgiu a partir de inquietações sobre o lugar que a infância ocupa na escola, visto que se discutem políticas voltadas para a infância, enquanto que paradoxalmente alguns teóricos afirmam o seu desaparecimento. Nesse sentido, cabe analisar as percepções sobre infância envolvidas nas discussões e como a escola está lidando com essa problemática.

A pesquisa teve como objetivo investigar o lugar da infância na escola na contemporaneidade. Durante a pesquisa, busca-se conhecer a condição da criança em determinados momentos históricos e que lugar ela ocupa socialmente na atualidade.

O significado da palavra infância como se concebe hoje, está diretamente relacionada à criança, pois ambas referem-se, em linhas gerais, ao período que vai do nascimento à puberdade. Essa associação, embora instantânea, não surgiu concomitantemente. Enquanto uma tem seu significado relacionado ao fator biológico, a outra foi sendo significada historicamente.

A infância só foi concebida depois de um longo período da história da humanidade, quando a sociedade começou a mudar os seus papéis, inclusive na constituição familiar. Em linhas gerais, podemos dizer que criança sempre existiu, mas a infância foi inventada e reinventada e passou por diferentes conotações até chegar ao significado que temos hoje, também em discussão.

Na sociedade da Idade Média não existia o sentimento de infância, ou seja, não se considerava a particularidade infantil. Estudos realizados a partir de imagens de épocas, como o realizado por Philippe Áries, coloca o século XIII, como um marco na



descoberta da infância. “Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII (Ariès, 2006, p.28).” Foi também esse período marcado pela redefinição de papéis sociais e uma nova estruturação familiar.

Segundo Áries (2006, p.17), até por volta do século XII, “a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la.” Quando ela passa a ser retratada, não existe diferença nos traços nem nas expressões. Não existia nenhum sentimento que diferenciasse a criança do adulto. De acordo com esse autor,

O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: correspondente à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem (ARIÈS, 1981, p.99).

Na Idade Média, a criança é considerada um adulto em miniatura. Essa imagem de criança onde não existem características particulares, perdurou até por do século XIII.

Postman, (1999, p.32), diz que “até o final de século XIV, as crianças não são nem mesmo mencionadas em legados e testamentos, um indício de que os adultos não esperavam que elas vivessem muito tempo.” Mas o final do século XVII marcou a história dos sentimentos pela infância quando começa a surgir retratos de crianças, mesmo mortas.

Já no fim da Idade Média as crianças começam a conquistar seu espaço no lar. Os adultos começam a se preocupar com sua educação, carreira e futuro. A partir desse período, o tema criança passa a figurar em cenas literárias, pinturas, personagens. Esse sentimento de infância que surge no século XVII, através de moralistas e educadores, se divide em dois momentos. O primeiro é caracterizado pela paparicação e surgiu no meio familiar. As crianças passam a ser vistas como brinquedos engraçados. O segundo sentimento veio dos eclesiásticos e os homens da lei. A visão de infância era pautada na disciplina e manutenção dos bons costumes.

Esses moralistas haviam-se tornado sensíveis ao fenômeno outrora negligenciados da infância, mas recusavam-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar. Esse sentimento, por sua vez, passou para a vida familiar (ARIÈS 2006, p.105).

Surgem estudos sobre o desenvolvimento humano e a infância passa a ser objeto de estudo e pesquisa, amplamente divulgada. Muitas ciências se debruçam sobre a questão. Resultados de estudos na área da psicologia, psiquiatria e pedagogia, mudam o pensar e o fazer pedagógico de escolas do mundo inteiro. Surge inclusive uma área exclusiva para a criança: a pediatria. São leis científicas que fundamentam a ação educativa dentro e fora do lar.

A criança se distinguia de adulto não apenas no traje, mas o mercado lhe proporcionou com exclusividade: brinquedos, músicas, perfumes, sabonetes, livros, camas, quarto inteiro, orientação de como ser educadas, parques e até programas de televisão. E pouco a pouco as crianças vão adquirindo seus direitos legais enquanto seres individuais, cidadãos de direitos, com valor em si mesmo. Aqui vale ressaltar que estamos falando da infância de maneira generalizada, considerando as diferentes concepções do termo em várias sociedades e contextos históricos.

Metodologia

Essa pesquisa é qualitativa, visto que teve caráter exploratório e buscou aspectos subjetivos, percepções, entendimentos e interpretação sobre o surgimento da infância e seu percurso histórico.

O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, em que foi coletado referencial teórico publicado sobre o assunto e elaborado um quadro relacional da rede conceitual explicativa do fenômeno infância. Após o levantamento bibliográfico e fichamento das obras em questão, foi realizado um estudo sobre as conquistas legais da criança em vários aspectos, privilegiando o educacional. Em seguida foi feita a análise dos resultados e as considerações finais.

A pesquisa foi baseada em teóricos que abordam a questão da infância, dentre eles Philippe Ariès, pioneiro em apresentar a condição da criança na história, do seu anonimato ao reconhecimento da infância, enquanto construção social. Há autores que defendem o desaparecimento da infância, como Neil Postman, teórico que contribuiu no embasamento da discussão. Outros autores foram analisados, como Fúlvia Rosemberg e Miguel Arroyo, bem como legislações e referenciais curriculares para a educação infantil.

Para desenvolver a pesquisa, o primeiro passo foi buscar autores que pudessem contribuir com a abordagem. Ariès foi o ponto de partida para compreender o percurso do conceito de infância. E para compreender os avanços sociais quando do reconhecimento do conceito, outros autores foram surgindo, embasando a análise e funcionando também como contraponto. Para compreender as conquistas, documentos foram implementando a discussão, como as leis que amparam os direitos da criança, bem como a base curricular, que situa o direito à educação. Após a leitura bibliográfica, o referencial teórico foi dialogando entre si, construindo um percurso, ora de ordem cronológica, ora aleatória, a partir da necessidade de situar a realidade histórica e social.

Análise dos resultados

O conceito de infância muda de acordo com o contexto político, econômico e social. Dessa forma, essa mesma sociedade capitalista industrial que imprimiu o sentimento de infância, na sua maior singularidade, estar a expulsá-la do “jardim da infância”. Pensadores como Neil Postman, já anuncia o seu desaparecimento. Segundo ele, “Para onde quer que a gente olhe, é visível que o comportamento, a linguagem, as atitudes e o desejo – mesmo a aparência física – de adultos e crianças se tornam cada vez mais indistinguível (Postman, 1999, p.18).” Ele faz também referência à erotização das crianças, práticas que a escola tem contribuído, ao fortalecer danças sensuais e reafirmar estereótipos de beleza e comportamentos típicos do mundo adulto.

Se na Idade Média as meninas casavam cedo, temos altos índices de gravidez precoce e prostituição infantil. Outro aspecto que esse autor observa é a crescente



estatística de crimes cometidos por crianças. Estamos vivendo um retrocesso a Idade Média, mas em outros moldes. As indústrias de roupas infantis estão adultilizando os trajes dos pequenos. Como na Idade Medieval, crianças de colo se vestem como adultos. Meninas usam a mesma maquilagem das mulheres. Os gostos pelas músicas são idênticos. Mesmo as músicas que traz na letra sentido pejorativo, são apreciadas pelas crianças.

Considerando o sentimento de infância que teve início no final do século XIII, tornado-se consolidado na modernidade com o advento da indústria e o surgimento da mídia, parece que estamos diante de um adulto em miniatura.

Tanto quanto as diferentes formas de vestir, as brincadeiras de criança, antes tão visíveis nas ruas das nossas cidades, também estão desaparecendo. Mesmo a idéia do jogo infantil parece escapar a nossa compreensão (Postman, 1999, p.18).

A mídia dita normas, regras, cria desejos de consumo e modela a sociedade. Arroyo (2006, p.3) diz que “estamos inseridos num mundo onde as imagens românticas da infância já se destruíram.” As relações familiares ganham outra dimensão. Com a saída da mulher para o mercado de trabalho, o ideal de maternidade muda, assim como o de família.

Diante desse novo contexto de infância que estamos vivendo, das condições econômicas vivenciadas pelas crianças e da estrutura familiar vigente, compreender a história da infância, significa refletir sua condição enquanto cidadão de direitos. É igualmente importante buscar conhecer os aspectos da legislação e como o Estado oferece a educação infantil. Esses conhecimentos nos instrumentaliza enquanto educadores e consiste num passo importante para sabermos o lugar que a criança ocupa hoje na escola.

O primeiro direito podemos dizer que veio indiretamente na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, que no seu primeiro parágrafo reconhece a dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais. Depois decorrerem outras conquistas no âmbito da legislação, chegando a uma Lei



específica: Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. O Currículo escolar também tem se desdobrado para atender a essa demanda da infância.

Com os estudos realizados na área da pedagogia e da psicologia, o entendimento das necessidades da criança foi delineando um novo olhar para creches e pré-escolas.

A concepção do bebê e da criança pequena como um ser social reforçou essa consciência da necessidade de organização de espaços coletivos de cuidado e educação, onde a criança possa desenvolver sua competência e sociabilidade (ROSEMBERG,1997,p.17).

Essa concepção, construída a partir do desenvolvimento cognitivo da criança, tem levado as instituições responsáveis pela educação infantil a repensar o seu fazer pedagógico. Mas um número significativo de propostas pedagógicas de ensino tem desconsiderado a infância que toda criança tem direito e se preocupado em instrumentalizar os pequenos para o ensino fundamental.

É preciso que a escola considere as especificidades da criança e reconheça e garanta as infâncias no interior de sua instituição. Pois se a escola e a infância são construções humanas, elaboradas nas relações sociais e passiva de mudança, é possível tornar o ambiente escolar um espaço onde a infância, ou infâncias, possam ser privilegiadas. A duração da infância é definida por condições sociais, econômicas e culturais.

Com todo processo e retrocesso que viveu a criança, desde o tempo em que temos referência até o sentimento de infância, esse momento representa historicamente grandes conquistas.

Conclusão

Com base no levantamento bibliográfico, vimos que a infância é um conceito historicamente construído e que passou por diferentes momentos históricos, sendo algumas vezes desconhecida e resignificada. No entanto, percebemos um retrocesso quando nos deparamos com o universo infantil se misturando ao universo adulto. E a



escola tem contribuído, ao promover a adultilização da infância, através da música e outros produtos midiáticos e culturais emergentes.

Percebeu-se que a criança, enquanto ser com especificidades, alcançou conquistas ainda não vista na história. Existe uma legislação que ampara seus direitos enquanto indivíduo social. Acompanhado a isso, o surgimento de estudos relacionados à infância, culminou em propostas pedagógicas que orientam a educação infantil, como os Referenciais Curriculares.

Se considerarmos a visão de infância na educação, levando em conta seus princípios e diretrizes, esse lugar específico para a criança está legislado e figura nos currículos, mas o sentimento atual de infância está tornando-a indissociável do mundo adulto, como ocorreu na Idade Média, embora com nuances diferenciadas.

Os equipamentos educativos precisam refletir sobre os prejuízos sociais que essa mesclagem de universos resultam, como: prostituição infantil, banalização da violência, padronização imposta de beleza e comportamentos adultilizados. É necessário repensar o lugar da infância na escola, garantindo a essa fase da vida um espaço sociocultural diferenciado, tendo em vista que a própria estrutura biológica a torna diferente.

Através do percurso histórico foi possível perceber as diferentes conotações da infância e seu lugar na contemporaneidade, especialmente no contexto escolar. Mas é uma discussão permanente, visto que está sujeita as mudanças na estrutura social.

Esse trabalho pretende manter premente a necessidade de refletir sobre o tratamento que a escola tem dado ao lugar da infância.

Referências

ARIÈS, Philippe, 1914-1984. **História Social da Criança e da Família** / Philippe Ariès; tradução de Dora Fllaksman. -2 ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ARROYO, Miguel. **Imagens quebradas**. Revista Criança, n°41, p.3-7, 2006.

BESSA, Valéria da Hora. / **Teorias da aprendizagem.** / Valéria da Hora Bessa. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2006.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** / Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, Assessoria de comunicação social. - Brasília: MEC, 2005.

CAMPOS, Maria Malta. MACHADO, Maria Lúcia. Qualidade na Educação Infantil: um processo aberto, um conceito em construção. Revista Criança nº42, p.3-6, 2006.

CAMPOS, Maria Malta: ROSEMBERG, Fúlvia (org.). **Crêterios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.** Brasília: MEC: SEF: Coedi: 1995.

FULLGRAF, J.B.G. **O contexto multifacetado do currícuo na educação infantil.** Revista Criança nº41, p.27-29, 2006.

LLEIXÀ ARRIBAS, Teresa. **Educação infantil: desenvolvimento, currícuo e organização escolar/** Teresa Llexà Arribas...(et al.); trad. Fátima Muras – Porto Alegre: Artmed, 2004.

LOPES, Karina Rizek. **Desafios de um novo tempo.** Revista Criança nº 42, p.8-9, 2006.

KRAMER, Sônia. **Com a pré-escola nas mãos – uma alternativa curricular para a educação infantil.** SP: Ática, 1989.

KRAMER, Sônia: LEITE, Maria Isabel. **Infância: Fios e desafio da pesquisa.** SP: Papyrus, 1996.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **A lenta conquista dos direitos da criança brasileira. Século XX.** Revista da USP, São Paulo, março/maio 1998.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância.** Tradução se Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo - Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

ROSEMBERG, Fúlvia. 1984. **O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil o caso da creche.** Caderno de pesquisa, nº51.